

Os 18% para a educação

NELSON MACULAN FILHO

O ministro da Educação, professor Murílio Hingel, tem razão ao defender a manutenção do percentual constitucional de 18% para a Educação (Lei Calmon). As duas votações no Congresso Nacional que criaram o Fundo Social de Emergência devem ter levado em consideração os pontos a seguir:

Onde se pesquisa e onde se formam recursos humanos capacitados? As 53 instituições federais de ensino superior (Ifes), tais como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou a Escola Paulista de Medicina (EPM), são responsáveis por menos de 1/3 dos estudantes universitários. No entanto, o ensino é oferecido por professores, na sua grande maioria, desenvolvendo pesquisa e em dedicação exclusiva à instituição. Boa parte desses docentes com sua pós-graduação completa (cursos de mestrado e doutorado) é avaliada, sistematicamente, em sua produção científica e artística pelos comitês assessores do CNPq. As Ifes, juntamente com as universidades estaduais, são responsáveis por mais de 80% de toda a pesquisa realizada no país. Em 1992, o número de teses de mestrado e doutorado defendidas foi da ordem de duas mil na Universidade de São Paulo (USP), de 1.500 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de 750 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A única universidade particular que possui uma produção científica de excelência é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), graças a um apoio adquirido por mérito, em sua política acadêmica, junto aos órgãos federais associados ao Ministério da Ciência (MCT). As instituições de ensino superior privadas não possuem e não possuirão, ainda por muito tempo, capacitação para o desenvolvimento de pesquisa inovadora, exceto um número inexpressivo.

Onde se faz avaliação sistemática e regular? As instituições de ensino superior públicas (federais e estaduais) possuem 95% dos cursos de mestrado e doutorado autorizados a funcionar no país. No Brasil, a única avaliação da educação superior, sistemática, em termos nacionais, é feita pela Capes/MEC visando aos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Este procedimento dá nota aos cursos e fecha-os caso não possuam mais a qualidade mínima exigida. Além disso, em outubro de

1993, as Ifes aprovaram em reunião plenária da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), realizada em Florianópolis, um projeto de avaliação acadêmica visando à transparéncia de todas as suas atividades (ensino, pesquisa e extensão). Esta avaliação deverá ser realizada por grupos de especialistas que não pertencem à instituição em análise. Esse projeto foi adotado pelo MEC com algumas pequenas modificações, e deverá ser implementado a partir de 1994. E a única maneira de minimizarmos o corporativismo.

Onde se trata da saúde? A assistência hospitalar de qualidade e de alto nível tecnológico é oferecida nos hospitais universitários das Ifes. Em algumas localidades, como Uberlândia, o único hospital completo pertence à sua universidade federal. No

tratamento e dos professores das Ifes em campi avançados.

O ensino superior retém as verbas do ensino básico? Atualmente, dos 18% do orçamento federal destinados à Educação, 40% vão para o ensino básico. As Ifes recebem o restante. Ademais, o ensino básico tem acesso a importantes recursos dos municípios e estados. Sabemos que o ensino superior público estadual só é de expressão no estado de São Paulo (9% do ICMS arrecadado, como determina a Constituição do estado, vão para USP, Unicamp e Unesp) e no estado do Paraná. No Rio de Janeiro há a criação de uma nova universidade estadual visando ao ensino acoplado à pesquisa e às demandas regionais, a Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), além da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), onde poucos setores desenvolvem pesquisa inovadora. É bom lembrar que as Ifes participam diretamente do ensino básico, formando e atualizando os professores do Primeiro e Segundo Graus, abrindo seus laboratórios, coleções, bibliotecas e museus para a visitação e para o estudo dos alunos deste segmento.

Os docentes se aposentam prematuramente? Cabe declarar que a aposentadoria aos 25 anos (professoras) e aos 30 anos (professores) de trabalho nunca foi uma reivindicação das associações de docentes das Ifes. Todos os cidadãos e todas as cidadãs têm direito à aposentadoria e para isto contribuem mensalmente. Portanto, a aposentadoria está relacionada à quantia cotizada e aos anos de contribuição, não sendo uma questão de orçamento nacional para a educação.

Estão as Ifes desligadas da realidade? Sem dúvida os estudantes são os principais responsáveis pela integração das Ifes com a sociedade. No entanto, as Ifes oferecem ainda inúmeras modalidades de relacionar-se com a sociedade: espetáculos culturais, assistência à saúde, atendimento às empresas, às prefeituras e aos movimentos sociais organizados. Oferecer alternativas de solução para os problemas do presente, pensar o futuro com maior consistência, enriquecer os debates políticos plurais são tarefas essenciais das Ifes para promover na sociedade uma maior capacidade de organização e crítica e o verdadeiro desenvolvimento cultural.

Como imaginar o MEC sem a garantia dos 18%?

Nelson Maculan Filho é reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em algumas cidades, como Uberlândia, o único hospital completo é o da universidade federal... ■